



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

BANCO GM S.A.

EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais

Balanços Patrimoniais Consolidados	3
Demonstrações Consolidadas do Resultado.....	4
Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente.....	5
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa pelo método indireto	7
1. Contexto operacional	8
2. Políticas Contábeis	8
2.1. Base de preparação	8
2.2. Reapresentação das Demonstrações Financeiras	12
2.2.1. Reclassificação de despesas com indenizações	12
2.2.2. Reclassificação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	13
2.3. Usos de premissas, estimativas e julgamentos	13
2.2.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:	19
2.2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis em exercícios futuros:	20
2.3. Principais Práticas Contábeis adotadas pelo Grupo	21
3. Resultado líquido de juros e similares	23
4. Outras receitas, despesas operacionais, despesas de pessoal e despesas de serviços de terceiros	23
5. Valor justo de Instrumentos Financeiros	24
6. Caixa e equivalentes de caixa	26
7. Ativos Financeiros VJORA	26
8. Empréstimos e Recebíveis	27
9. Ativo Imobilizado	28
10. Outros ativos	29
11. Passivos financeiros ao custo amortizado	29
12. Imposto de renda	29
13. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	31
14. Outros Passivos	34
15. Patrimônio Líquido	34
16. Partes relacionadas	35
17. Análise de vencimento dos ativos e passivos financeiros	37
18. Gestão de risco	39
18.1. Introdução	39
18.2. Risco de crédito	41
18.3. Risco Operacional	52
18.4. Risco de Mercado	54
18.5. Risco de liquidez	56
18.6. Risco Legal	60
18.7. Riscos Social, Ambiental e Climático	60
18.8. Limites Operacionais	61

Banco GM S.A.

Balanços Patrimoniais Consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
ATIVO			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	697.722	407.172
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	47.669	127.983
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	8	13.696.055	10.290.880
Impostos Diferidos	12	555.411	459.130
Outros Ativos	10	1.478.371	1.431.369
Ativo Imobilizado	9	9.908	12.572
Total do Ativo		<u>16.485.136</u>	<u>12.729.106</u>
PASSIVO			
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado			
Depósitos de Instituições Financeiras	11	3.589.798	1.920.496
Depósitos de Clientes	11	2.590.338	990.250
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	11	6.379.812	5.706.578
Impostos Correntes	12	142.664	21.558
Provisões	13	939.159	900.456
Outros Passivos	14	334.777	352.390
Total do Passivo		<u>13.976.548</u>	<u>9.891.728</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido atribuível a controladora			
Capital Social	15.a	2.016.479	2.416.479
Reservas de Lucros	15.b	574.793	338.046
Resultados Não Realizados		(82.684)	82.853
Total do Patrimônio Líquido		<u>2.508.588</u>	<u>2.837.378</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>16.485.136</u>	<u>12.729.106</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GM S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
Receitas de Juros e Similares	3	2.644.878	2.225.168
Despesas de Juros e Similares	3	(1.038.087)	(938.538)
Resultado Líquido de Juros e Similares		1.606.791	1.286.630
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	8c	(216.188)	(207.209)
Despesas de Pessoal	4	(253.710)	(235.425)
Despesas de Serviços de Terceiros	4	(736.125)	(367.948)
Depreciação de Imobilizado	9	(3.210)	(4.912)
Outras Receitas Operacionais	4	317.318	231.753
Outras Despesas Operacionais	4	(390.014)	(354.865)
Lucro Antes dos Impostos		324.862	348.024
Impostos Correntes	12	(146.133)	(61.974)
Impostos Diferidos	12	96.281	(318)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social		(49.852)	(62.292)
Lucro Líquido do Exercício		275.010	285.732

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GM S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro Líquido do Exercício	275.010	285.732
Resultado Abrangente do Exercício	<u><u>275.010</u></u>	<u><u>285.732</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GM S.A.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Resultados Não realizados</u>	<u>Patrimônio Líquido Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Outras</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>2.416.479</u>	<u>194.684</u>	<u>168.176</u>	-	<u>129.826</u>	<u>2.909.165</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	332.705	(46.973)	285.732
Destinações:							
Reservas	15 b	-	16.635	228.225	(244.860)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	15 c	-	-	(68.547)	(87.845)	-	(156.392)
Dividendos		-	-	(201.127)	-	-	(201.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>2.416.479</u>	<u>211.319</u>	<u>126.727</u>	-	<u>82.853</u>	<u>2.837.378</u>
Mutações do Período		<u>-</u>	<u>16.635</u>	<u>(41.449)</u>	-	<u>(46.973)</u>	<u>(71.787)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>2.416.479</u>	<u>211.319</u>	<u>126.727</u>	-	<u>82.853</u>	<u>2.837.378</u>
Redução de Capital	15 a	(400.000)	-	-	-	-	(400.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	440.547	(165.537)	275.010
Destinações:							
Reservas	15 b	-	22.027	418.520	(440.547)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	15 c	-	-	(125.000)	-	-	(125.000)
Dividendos		-	-	(78.800)	-	-	(78.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>2.016.479</u>	<u>233.346</u>	<u>341.447</u>	-	<u>(82.684)</u>	<u>2.508.588</u>
Mutações do Período		<u>(400.000)</u>	<u>22.027</u>	<u>214.720</u>	-	<u>(165.537)</u>	<u>(328.790)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GM S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		275.010	285.732
Ajustes ao Lucro:			
Itens que não afetam caixa incluídos no Lucro		592.126	960.694
Depreciação	9	3.210	4.912
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	8c	216.188	207.209
Atualizações para Depósito em Garantia	4	(54.185)	(62.032)
Provisão (Reversão) de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas - Reapresentado	13	58.551	68.671
Resultado na Alienação de Imobilizado	9	(3.527)	(2.612)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	(96.281)	318
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	12	146.133	61.974
Juros Apropriados Captações Interbancário		39.983	76.121
Juros Apropriados Captações Inter empresas		73.747	50.523
Juros Apropriados Captações Outros Passivos Custo Amortizados		42.770	508.637
Resultados não realizados		165.537	46.973
Lucro Líquido Ajustado		867.136	1.246.426
Varição em Ativos e Passivos Operacionais			
Redução em Ativos Financeiros VJORA		80.314	15.026
Aumento em Empréstimos e Recebíveis		(3.627.807)	(2.592.652)
Aumento em Outros Ativos		(151.912)	(104.539)
Aumento em Captações com Bancos (Instituições Financeiras)		1.629.319	1.284.268
Redução em Captações com Clientes		1.526.341	(65.663)
Aumento em Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		630.464	741.076
(Aumento)/Redução em Outros Passivos		110.071	46.765
Redução em Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(152.709)	(85.386)
Redução em Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas - Reapresentado		(19.848)	(42.367)
		24.233	(803.472)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		891.369	442.954
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado	9	(3.596)	(6.037)
Alienação de Imobilizado	9	6.577	5.893
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento:		2.981	(144)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre Capital Próprio Pagos		(125.000)	(156.392)
Dividendos Pagos		(78.800)	(201.127)
Redução de Capital		(400.000)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamentos:		(603.800)	(357.519)
Aumento/(Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		290.550	85.291
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	6	407.172	321.881
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	6	697.722	407.172
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		290.550	85.291

Banco GM S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco GM S.A. (“Banco”) e empresas controladas (“Grupo GM”) conduzem suas operações principalmente no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. O Banco é uma subsidiária integral da General Motors Investment Participações Ltda. (“Investment”), sociedade que tem fins oriundos de serviços em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

As entidades consideradas na consolidação das Demonstrações Financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. Sua sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495 – Andar 11 – Torre A, na cidade de São Paulo - SP, Brasil.

As Demonstrações Financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 19 de março de 2025.

2. Políticas Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 1º de janeiro de 2010, data da adoção inicial. A elaboração das Demonstrações Financeiras em IFRS é requerida pela Resolução CMN nº 4.818/20 e alterações instituídas pela Resolução CMV 5.116/24. O Banco prepara e divulga as Demonstrações Financeiras individuais societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

O Banco elabora suas demonstrações financeiras anualmente no padrão IFRS, observando os requerimentos da Resolução CMN nº 4.818/20, que determina, em seu Art. 9º, que as Instituições Financeiras registradas como companhias abertas ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no segmento 1 (S1), no segmento 2 (S2) ou no segmento 3 (S3), devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Banco utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.3.

A elaboração foi feita segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mantidos para negociação que foram todos mensurados ao valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas pressupondo a continuidade de negócios. Não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Reais do Brasil (R\$), que é a moeda funcional de todas as entidades, e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares de reais, exceto quando estiver indicado de outro modo.

Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras do Banco e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pelo Banco ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando o Banco:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou têm direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Banco reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando o Banco não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ele terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-lo na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto do Banco em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, o Banco considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação do Banco em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.

- direitos de voto em potencial detidos pelo Banco, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que o Banco tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando o Banco obtém o controle sobre a controlada e termina quando o Banco perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que o Banco deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o Banco GM S.A., GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (empresa autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – “BACEN”), GM Corretora de Seguros Ltda. (empresa não financeira) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias.

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e das subsidiárias é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (CNC) tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos recursos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

GM Corretora de Seguros Ltda.

A GM Corretora de Seguros Ltda. (GMACI) foi constituída em 10 de setembro de 2003 e tem como objetivo social principal a prática de intermediação de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco GM S.A..

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GM – Financiamento a Concessionárias

O FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) Banco GM – Financiamento a Concessionárias é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de direitos creditórios elegíveis originados por meio das operações de financiamento às concessionárias de veículos do Banco. Ele foi criado para proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira data de emissão ou (ii) à data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do fundo.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir cotas seniores e/ou cotas mezanino do fundo, investidores qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir cotas do fundo e (ii) tais investidores sejam requeridos a assinar o termo de adesão ao regulamento, nos termos do Anexo I do regulamento.

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 489, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 11 de janeiro de 2011, alterações posteriores, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A consolidação do Fundo é justificada pelo fato do Banco ser detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

O quadro abaixo demonstra o tipo de controle, percentual de participação, total do Patrimônio Líquido e resultado do exercício das entidades consolidadas:

	Tipo de Controle	% de participação	Lucro (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	Controlada	99.99%	147.978	755.897
GM Corretora de Seguros Ltda.	Controlada	99.99%	36.697	86.112
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias	Sociedade de Propósito Específico		52.440	392.795
		Total	237.115	1.234.804

2.2. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Com o objetivo de melhorar a divulgação das informações contábeis aos usuários e para obter maior alinhamento às classificações do COSIF, o Banco optou por realizar alterações.

2.2.1. Reclassificação de despesas com indenizações

O Banco realizou uma reclassificação na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023 das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações. Anteriormente, essas despesas eram registradas nas rubricas de "Despesa de Pessoal" e "Outras Receitas e Despesas Operacionais". No entanto, após uma revisão detalhada das práticas contábeis e em conformidade com as normas de contabilidade vigentes, decidiu-se que essas despesas seriam mais adequadamente classificadas na rubrica de "Despesas com Provisões".

Essa reclassificação tem como objetivo refletir de maneira mais precisa a natureza das despesas, uma vez que os pagamentos de indenizações representam obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. A mudança proporciona uma melhor transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, alinhando-se às melhores práticas contábeis. Os impactos na Demonstração do Resultado são detalhados abaixo.

	2023	Ajuste para Reapresentação	2023 Reapresentado
Receitas de Juros e Similares	2.225.168	-	2.225.168
Despesas de Juros e Similares	(938.538)	-	(938.538)
Resultado Líquido de Juros e Similares	1.286.630	-	1.286.630
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	(207.209)	-	(207.209)
Despesas de Pessoal	(237.130)	1.705	(235.425)
Despesas de Serviços de Terceiros	(367.948)	-	(367.948)
Depreciação de Imobilizado	(4.912)	-	(4.912)
Outras Receitas Operacionais	231.753	-	231.753
Outras Despesas Operacionais	(353.158)	(1.707)	(354.865)
Lucro Antes dos Impostos	348.026	(2)	348.024
Impostos Correntes	(61.974)	-	(61.974)
Impostos Diferidos	(318)	-	(318)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(62.292)	-	(62.292)
Lucro Líquido do Exercício	285.734	(2)	285.732

2.2.2. Reclassificação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

O Banco revisou a forma de apresentação dos JCP na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Anteriormente, os JCP eram apresentados como uma redução na reserva de lucros. No entanto, após uma análise detalhada e em conformidade com as normas contábeis vigentes, decidiu-se que os JCP devem ser apresentados como uma redução dos lucros acumulados.

Essa mudança se deve ao fato de que os JCP têm como base de cálculo o resultado do exercício corrente, e não as reservas de lucros. Portanto, a apresentação dos JCP como uma redução dos lucros acumulados reflete de maneira mais precisa a origem e a natureza desses valores, proporcionando maior transparência e clareza nas demonstrações financeiras.

2.3. Usos de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Banco estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas Demonstrações Financeiras consolidadas. Encontram-se disponíveis na nota explicativa nº 2.3 a descrição das políticas contábeis utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas, incertezas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras são:

a) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A política contábil do Banco em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa nº 2.3

Ao determinar se uma perda no valor recuperável deverá ser registrada na demonstração consolidada do resultado, o Banco efetua julgamentos sobre a existência de quaisquer dados observáveis que indiquem a ocorrência de uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. A Administração utiliza do modelo de estimativas com base na expectativa de perda de crédito.

Determinar a adequação da provisão obriga a Administração a exercer um julgamento significativo sobre assuntos que são inerentemente incertos, inclusive o cronograma, a frequência e a gravidade das perdas de crédito que poderia afetar substancialmente a provisão para perdas com empréstimos e recebíveis e, portanto, o lucro líquido.

A determinação da provisão é influenciada por inúmeras suposições e muitos fatores que podem afetar as estimativas de perdas, incluindo a volatilidade de perda em caso de probabilidade de inadimplência, de padrão, e migração de classificação. As principais premissas utilizadas no cálculo da provisão incluem:

(1) segregação da carteira com base em características de risco comuns; (2) identificação e estimativa de indicadores de carteira e outros fatores que a Administração acredita que são chave para a estimativa das perdas de crédito incorridas, e (3) avaliação do devedor. A Administração monitora a adequação da provisão e faz ajustes das premissas, quando necessário, para refletir uma estimativa das perdas com empréstimos incorridos na data-base de fechamento, com base na melhor informação disponível naquele momento.

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos substancialmente por gastos com a aquisição ou desenvolvimento de softwares, e suas amortizações são efetuadas pelo prazo de vida útil estimado.

Desenvolvimento de software

Os custos relativos ao desenvolvimento ou à manutenção de programas de *software* de informática são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos diretamente associados à produção de aplicativos de *software* exclusivos e identificáveis, controlados pelo Grupo GM e que provavelmente irão gerar benefícios econômicos superiores aos custos após um ano são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na preparação do *software* para uso.

Os ativos intangíveis com vida útil finita (definida) têm seus valores amortizados durante sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis com vida útil não definida não são amortizados, sendo apenas avaliados por *impairment*.

c) Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais que refletem a vida útil desses ativos:

- Veículos - 20%
- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de comunicação - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

d) Redução no valor recuperável de ativos intangíveis e ativo imobilizado

Na data-base de divulgação das Demonstrações Financeiras, o Banco tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irre recuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo. Ativos intangíveis de vida útil indefinida, que não sofrem amortização, devem ser testados no mínimo anualmente para *impairment*.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Na avaliação da Administração, não há indícios de perda por *impairment* de ativos não financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

e) Arrendamentos financeiros e operacionais - Arrendador

Os arrendamentos operacionais representam as operações de arrendamento para as quais não ocorre a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo subjacente ao arrendatário. Já quando há a transferência de todos os riscos e benefícios dessa propriedade ao arrendatário, o Banco classifica a operação como arrendamento financeiro.

É incluído na conta empréstimos e recebíveis, o investimento líquido em arrendamentos financeiros. As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido do Grupo em aberto em relação aos arrendamentos. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica receita de juros e similares na demonstração consolidada do resultado. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

Os ativos mantidos para fins de arrendamento a terceiros sob a forma de arrendamentos operacionais são apresentados na rubrica Ativo Imobilizado e depreciados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Os pagamentos a receber são contabilizados linearmente ao longo do prazo do contrato de arrendamento e apresentados na rubrica outras receitas operacionais na demonstração consolidada do resultado. Não há ativos de arrendamentos operacionais a terceiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

f) Valores residuais

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no ano. A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real para o Banco, para as demais empresas não financeiras a CSLL é constituída a alíquota de 9%. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro a partir de março de 2020. Dessa forma, efetuamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário de dezembro de 2019 e que será realizado a partir de março de 2020.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas Demonstrações Financeiras e apresentados pelo seu valor líquido.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica Ativo fiscal diferido e apresentados pelo seu valor líquido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

- ativos contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- provisões - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;
- obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das respectivas provisões.

i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras e operações compromissadas com prazo de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

j) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reservas de capital, Reservas de lucros e Participações de acionistas não controladores. O Capital Social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 15. O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

2.2.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

• **Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais (*Covenants*) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com *Covenants* classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva. A Companhia avaliou as alterações propostas e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

• **Alterações do IFRS 16 – Arrendamentos:**

As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

• **Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 17 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros:**

Evidenciação. As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia avaliou as alterações propostas e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

2.2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis em exercícios futuros:

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:**

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações:**

Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:**

A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

- **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:**

As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Organização está avaliando os impactos da nova norma.

- **Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:**

Se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

- **Aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11:**

Em julho de 2024, o IASB emitiu documento de aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11, uma coletânea de emendas incrementais às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas melhorias são limitadas a alterações que promovam clareza textual em uma norma, ou corrijam imprevistos, lapsos ou conflitos entre requerimentos normativos. Essas alterações são vigentes para períodos anuais iniciados em 01/01/2026, sendo permitida a adoção antecipada. O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

2.3. Principais Práticas Contábeis adotadas pelo Grupo

A- Impairment para Ativos Financeiros

Para fins do IFRS, em cada data do balanço patrimonial o Banco considera se existe a evidência objetiva de que um ativo financeiro individual ou de que uma carteira de ativos financeiros está com indicação de redução no valor recuperável. Quando há evidência de que um evento de desvalorização ocorreu após a data do reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço patrimonial, e for determinado que os eventos de desvalorização terão um impacto nas estimativas de futuros fluxos de caixa do ativo financeiro individual ou de uma carteira de ativos financeiros, a redução ao valor recuperável é reconhecida baseado no valor contábil atual do instrumento financeiro na data do balanço patrimonial, comparado com o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, considerando a taxa de juros efetiva do instrumento quando da mensuração individual. Quando referente a mensuração das provisões para perda daquelas operações cuja análise se dá de forma coletiva, é avaliada a probabilidade de default (PD) de um grupo semelhante de operações, considerando-se a faixa que tais operações se encontram, para definir qual o potencial de perdas (LGD – *Life Time*).

Para o BR GAAP, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional – CMN, considerando-se a classificação das operações em níveis de risco que estão diretamente relacionados ao percentual mínimo da provisão a ser constituída, acrescida da provisão adicional pelo julgamento da administração.

As diferenças entre o cálculo de redução ao valor recuperável segundo o IFRS 9 e aquela que o Banco considera para fins do BR GAAP, bem como o efeito de provisão sobre o retorno da carteira de contratos cedidos, resultaram neste ajuste.

B- Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e recebíveis

Em consonância com o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas bancárias, tarifas de abertura de crédito e outras taxas inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidas no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos.

Segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

C- Diferimento Comissões de Correspondente País

Referem-se às despesas de comissões de vendas de cotas de consórcio e receitas de comissões de corretagem de seguros. Segundo o IFRS, as despesas e receitas são diferidas pelo período de duração dos contratos de consórcio e apólices dos seguros.

D- Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes em IFRS

Para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágio, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais, é requerida pelo IAS 12 a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os ajustes de Contribuição Social e de Imposto de Renda diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicáveis, pela alíquota vigente de 45% conforme nota explicativa.

3. Resultado líquido de juros e similares

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de Juros e Similares		
Empréstimos e financiamentos	2.138.784	1.738.364
Rendas com taxa de administração	379.275	365.686
Operações compromissadas	62.135	63.366
Rendas com corretagem de seguro	61.129	46.157
Cotas de Fundos de Investimentos	3.555	11.595
Outros		
Total de Receita de Juros e Similares	<u>2.644.878</u>	<u>2.225.168</u>
Despesa de captação	(1.012.910)	(915.261)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(25.177)	(23.277)
Total de despesas de juros	<u>(1.038.087)</u>	<u>(938.538)</u>
Resultado líquido de juros e similares	<u>1.606.791</u>	<u>1.286.630</u>

4. Outras receitas, despesas operacionais, despesas de pessoal e despesas de serviços de terceiros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisões operacionais	96.530	26.606
Receita Recuperação de Serviços	85.217	67.228
Atualizações de depósitos judiciais	54.185	62.032
Reversão de provisão para contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas operacionais	34.599	36.384
Receitas com taxas de manutenção	22.281	19.374
Receita em alienação de ativos não financeiros	9.461	4.970
Receita em alienação de bens	4.105	2.822
Taxa de permanência	3.991	3.395
Outras receitas operacionais	6.949	8.942
Total	<u>317.318</u>	<u>231.753</u>

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas de serviços de terceiros		
Despesa com concessionária	(559.229)	(302.672)
Despesa de serviço técnico especializado	(134.522)	(38.789)
Despesas de serviços prestados pela GMS	(18.211)	(4.917)
Despesa de alienação de veículos	(11.265)	(8.844)
Despesa de serviços com consultas cadastrais	(6.522)	(6.485)
Outras despesas operacionais	(6.376)	(6.241)
Total	<u>(736.125)</u>	<u>(367.948)</u>

Outras Despesas Operacionais	2024	2023
Despesas tributárias	(116.610)	(97.115)
Despesas com contingências Fiscais, Cíveis e Tributárias - Reapresentado	(93.150)	(105.055)
Despesas de promoções e relações públicas	(57.553)	(51.845)
Despesas com processamento de dados	(29.754)	(30.555)
Despesas administrativas	(24.090)	(15.261)
Despesas judiciais	(22.971)	(20.849)
Despesas de aluguel	(16.023)	(10.798)
Despesa com alienação de ativos não financeiros	(3.513)	(3.807)
Despesas com contribuições com fundo garantidor de crédito	(2.798)	(1.814)
Despesas de transporte	(2.232)	(1.715)
Despesas de comunicação	(2.046)	(2.770)
Despesas com alienação de bens	(578)	(209)
Despesas com materiais	(278)	(621)
Despesas com variações monetárias	(17)	(1.197)
Outras despesas	(18.401)	(11.254)
Total	(390.014)	(354.865)

Despesas de Pessoal	2024	2023
Proventos - Reapresentado	(132.782)	(124.326)
Encargos sociais	(42.414)	(38.634)
Participações no Lucro	(39.996)	(36.305)
Benefícios	(37.236)	(35.330)
Outros	(1.282)	(830)
Total	(253.710)	(235.425)

5. Valor justo de Instrumentos Financeiros

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

	<u>2024</u>
	<u>Nível 2</u>
Ativos financeiros VJORA	
Cotas de Fundos de Investimento	47.669
Total	<u><u>47.669</u></u>
	<u>2023</u>
	<u>Nível 2</u>
Ativos financeiros VJORA	
Cotas de Fundos de Investimento	127.983
Total	<u><u>127.983</u></u>

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no exercício.

b) Ativos financeiros VJORA

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem cotas de fundos de investimento adquiridos com o objetivo de não serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela B3.

c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Encontra-se a seguir uma comparação entre o valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros do Banco mensurados ao custo amortizado:

	<u>Nível</u>	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1	697.722	697.722	407.172	407.172
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2	13.696.055	14.088.436	10.290.880	10.787.212
		<u><u>14.393.777</u></u>	<u><u>14.786.158</u></u>	<u><u>10.698.052</u></u>	<u><u>11.194.384</u></u>
Passivos financeiros					
Depósitos de instituições financeiras	2	3.589.798	3.589.798	1.920.496	1.920.496
Depósitos de clientes	2	2.590.338	2.590.338	990.250	990.250
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	2	6.379.812	6.379.812	5.706.578	5.706.578
		<u><u>12.559.948</u></u>	<u><u>12.559.948</u></u>	<u><u>8.617.324</u></u>	<u><u>8.617.324</u></u>

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Banco baseadas nas seguintes metodologias:

- i. Os empréstimos e recebíveis cedidos, não cedidos e outros passivos financeiros ao custo amortizado tiveram seu valor presente recalculado pela taxa CDI + 3% spread ano;
- ii. Os passivos financeiros cujas respectivas taxas são pré-fixadas, foram recalculadas com base no CDI acumulado da data da operação até a data-base considerando o *spread* médio de captação das operações iniciadas no último mês do exercício.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua originação e expectativa de realização.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilidades em moeda nacional	31	373
Operações compromissadas no mercado aberto	<u>697.691</u>	<u>406.799</u>
Total	<u>697.722</u>	<u>407.172</u>

7. Ativos Financeiros VJORA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cotas de Fundos de Investimentos (nível 2)	<u>47.669</u>	<u>127.983</u>
Títulos privados	<u>47.669</u>	<u>127.983</u>

A variação dessa conta foi de R\$ (80.314) sendo que o aporte de cotas FIDC (fundo de investimento) representa o montante de R\$ 44.895 (R\$ 45.525 em 2023).

8. Empréstimos e Recebíveis

a) Composição da carteira

	2024	2023
Operações de Varejo		
CDC Veículos	10.416.050	8.350.542
CDC Veículos - Carteira Cedida	-	4.201
Operação de Arrendamento Mercantil	80.466	73.435
Total de Operações de Varejo	10.496.516	8.428.178
Operações de Atacado		
Financiamentos de veículos	2.974.578	1.723.932
Financiamento de peças	341.612	283.804
Empréstimo - Dealer	165.770	97.707
Total de Operações de Atacado	3.481.960	2.105.443
Total de empréstimos e Recebíveis	13.978.476	10.533.621
Provisão para perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	(282.421)	(242.741)
Total líquido de empréstimos e Recebíveis	13.696.055	10.290.880

b) Composição da carteira por indexadores

	2024		2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	10.496.516	75.09%	8.428.178	80.01%
Pós fixado	3.481.960	24.91%	2.105.443	19.99%
Total	13.978.476	100.00%	10.533.621	100.00%

c) Provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

A tabela abaixo apresenta a conciliação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	2024	2023
Saldo no Início do exercício	(242.741)	(237.128)
(Constituições) / reversões de provisões	(193.077)	(182.539)
(Constituições) / reversões de provisões - IFRS 9	(23.111)	(24.670)
Baixas para prejuízo	176.508	201.596
Saldo no fim do exercício	(282.421)	(242.741)
Créditos baixados como prejuízo	2024	2023
Saldo inicial	530.817	533.098
Operações registradas como prejuízo	(176.508)	(201.596)
Recuperação de créditos	46.078	55.393
Anistia de operações irrecuperáveis	120.313	143.922
Saldo final	520.700	530.817

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2024		2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
<u>Parcelas vencidas:</u>				
Até 60 dias	39.719	0.29%	51.454	0.50%
De 61 a 180 dias	13.696	0.10%	20.582	0.20%
De 181 a 360 dias	1.370	0.01%	10.291	0.10%
	54.785	0.40%	82.327	0.80%
<u>Parcelas a vencer:</u>				
Até 180 dias	5.820.823	42.50%	3.931.116	38.20%
De 181 a 360 dias	2.328.329	17.00%	1.708.286	16.60%
Acima de 360 dias	5.492.118	40.10%	4.569.151	44.40%
	13.641.270	99.60%	10.208.553	99.20%
Total	13.696.055	100.00	10.290.880	100.00%

9. Ativo Imobilizado

A tabela abaixo apresenta a composição da movimentação do ativo imobilizado:

	2024				
	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	Total
Imobilizado de uso no início do período	666	571	8.315	3.020	12.572
Aquisições	3.001	89	506	-	3.596
Alienações (i)	(476)	(1)	(83)	(2.490)	(3.050)
Depreciação	(204)	(222)	(2.256)	(528)	(3.210)
Imobilizado de uso no fim do período	2.987	437	6.482	2	9.908
	2023				
Imobilizado de uso no início do período	875	711	4.501	8.641	14.728
Aquisições	-	107	5.825	105	6.037
Alienações (i)	-	(2)	(127)	(3.152)	(3.281)
Depreciação	(209)	(245)	(1.884)	(2.574)	(4.912)
Imobilizado de uso no fim do período	666	571	8.315	3.020	12.572

(i) No Exercício findo em dezembro de 2024, as alienações do período geraram um lucro de R\$ 3.527 (lucro de R\$ 2.612 em 2023).

10.Outros ativos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 13)	1.022.804	985.071
Impostos e contribuições a compensar	232.832	83.287
Comissões de consórcio a amortizar	95.617	282.581
Valores a receber de Sociedades Ligadas (Nota 16)	93.721	57.670
Ativos não financeiros mantidos para venda - BNDU	9.525	3.757
Despesas antecipadas	2.846	3.446
Adiantamentos para pagamentos	1.611	1.383
Outros	19.415	14.174
Total de outros ativos	<u>1.478.371</u>	<u>1.431.369</u>

11.Passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Obrigações por emissão de letras financeiras	6.077.060	5.403.924
Depósitos interfinanceiros	3.589.798	1.916.121
Depósitos a prazo	2.590.338	990.250
Obrigações por emissão de cotas seniores FIDC	302.752	302.654
Obrigações por operações vinculadas à cessão	-	4.375
Total de depósitos a clientes	<u>12.559.948</u>	<u>8.617.324</u>

12.Imposto de renda

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(146.133)	(61.974)
Relacionada à constituição e realização de diferenças temporárias	96.281	(318)
Total	<u>(49.852)</u>	<u>(62.292)</u>

Conciliação da despesa total de impostos:

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

	2024	2023
Lucro contábil antes dos impostos	324.862	348.026
Imposto de renda à alíquota nominal de 45% (IRPJ + CSLL)	(146.187)	(156.612)
Efeito da adoção de diferentes alíquotas de imposto nas empresas consolidadas	29.444	21.244
Expurgo Diferença de Regime de Tributação (i)	6.605	-
Juros sobre o capital	56.250	70.376
Outras adições/exclusões permanentes	(4.793)	(2.372)
Imposto corrente exercício anterior	(549)	-
Crédito de IRPJ e CSLL anos anteriores	2.560	2.260
Provisão fiscal IRPJ	824	(1.607)
Autorregularização Incentivada 14740 (ii)	(286)	-
Exclusão benefício da anistia 11491	-	2.698
Incentivos Fiscais	6.232	1.673
Adicional do imposto de renda	48	48
Despesa de imposto de renda apresentada na demonstração consolidada do resultado	(49.852)	(62.292)

Alíquota efetiva de imposto de renda 15.35% 17.90%

- (i) As empresas GMAC Administradora de Consórcios Ltda. é tributada pelo regime de Lucro Real com alíquota de 34%, a GMACI Corretora de Seguros Ltda. é tributada pelo regime de Lucro Presumido com alíquota de 34%.
- (ii) A Lei nº 14.446/22, impôs aumento de 1% na alíquota da contribuição social sobre o lucro a partir de agosto de 2022. Dessa forma, efetuamos o incremento de 1% sobre a apuração da CSLL do ano. O Grupo constituiu crédito tributário à alíquota de 20% sobre as diferenças temporárias de CSLL realizáveis a partir de agosto de 2022, conforme estudo técnico de realização do crédito tributário.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido:

	2024		2023	
	BANCO	CNC	BANCO	CNC
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	79.624	-	94.444	-
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	378.302	2.410	359.545	4.395
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	206.759	-	242.108	-
Provisão para imposto de renda diferido sobre Insuficiência	11.376	-	5.710	-
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(252.776)	(997)	(232.210)	(1.907)
Outras diferenças temporárias	39.028	24.033	29.569	25.265
Ajustes IFRS	67.652	-	(67.789)	-
	529.965	25.446	431.377	27.753
	555.411		459.130	

Movimentação dos Impostos Diferidos:

	<u>12/31/2023</u>	Constituições / (Realizações) <u>Líquidas</u>	<u>12/31/2024</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	94.444	(14.820)	79.624
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	363.940	16.772	380.712
Provisão para devedores duvidosos	242.108	(35.349)	206.759
Provisão para IR diferido sobre superveniência	5.710	5.666	11.376
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(234.117)	(19.656)	(253.773)
Outras diferenças temporárias	54.834	8.227	63.061
Ajustes IFRS	(67.789)	135.441	67.652
Total Líquido	<u>459.130</u>	<u>96.281</u>	<u>555.411</u>

Passivos fiscais:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão de Imposto de renda	(94.167)	(19.437)
Provisão de Contribuição Social	(48.497)	(2.121)
Total de Passivo Fiscal Corrente	<u>(142.664)</u>	<u>(21.558)</u>

13. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A movimentação das provisões durante o exercício está apresentada abaixo:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2022	840.324	14.727	19.101	874.152
Constituição (Reversões) líquidas do período	46.578	3.824	18.269	68.671
Pagamentos	(27.872)	(4.993)	(9.502)	(42.367)
Em 31 de dezembro de 2023	859.030	13.558	27.868	900.456
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	951.008	5.686	28.377	985.071
Em 31 de dezembro de 2023	859.030	13.558	27.868	900.456
Constituição (Reversões) líquidas do período	39.273	3.216	16.062	58.551
Pagamentos	(7.050)	(2.624)	(10.174)	(19.848)
Em 31 de dezembro de 2024	891.253	14.150	33.756	939.159
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	985.956	5.370	31.478	1.022.804

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As entidades do Grupo são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS/COFINS – as principais teses em discussão são:
 - (i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por serem as empresas (Banco GM. E GMAC Administradora de Consórcios) não empregadoras a partir de dezembro de 1996;
 - (ii) Mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

- CSLL – as principais teses em discussão são:
 - (i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora – Banco;

- IRPJ – as principais teses em discussão são:
 - (i) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco, de deduzir prejuízo fiscal sem a limitação de 30% conforme estabelecido pela MP nº 812/94 e Lei nº 8.981/95;
 - (ii) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco de deduzir a contribuição social sobre o lucro líquido em sua base de cálculo até o ano base de 1996, Leis nº 9.316/96 e 8.981/95;

Riscos trabalhistas

Decorrentes de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados e eventuais terceiros pleiteando diferenças de verbas salariais e outras verbas decorrentes do extinto contrato de trabalho. As reclamações são patrocinadas por escritórios externos e gerenciadas por advogado interno especialista, sendo avaliadas de acordo com o risco de perda (provável, possível e remota) e montante de exposição envolvido. O montante envolvido é calculado por expert em cálculos trabalhistas, segundo as regras contábeis pertinentes.

Riscos cíveis

São decorrentes de ações cíveis movidas contra o Banco por clientes, concessionários ou terceiros, em que há probabilidade de perda que implique em desembolso financeiro. As ações são patrocinadas por escritórios externos e gerenciadas por advogados internos, sendo, quando for o caso, estipulado risco de perda (provável, possível e remoto) e valor de exposição envolvido. O valor de exposição e probabilidade de perda é realizada segundo análise jurídica da matéria envolvida na ação judicial específica e decisões já proferidas na ação judicial. A Administração entende que as provisões constituídas e os montantes relativos aos depósitos judiciais em garantia são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos judiciais promovidos contra o Banco.

Depósitos Judiciais

Pode não haver correspondência entre o valor do depósito judicial cível ou trabalhista e o valor da respectiva provisão de perda, pois o depósito judicial, em regra, representa o montante requerido pela parte adversa e depositado à disposição do juízo como garantia, enquanto a provisão é o valor considerado como risco de perda provável conforme avaliação dos advogados responsáveis pela condução da ação.

Os depósitos judiciais fiscais são superiores ao valor das provisões constituídas em função de que alguns depósitos são efetuados no decorrer do exercício pelo Lucro Real estimado. No final do exercício, as provisões para contingências são ajustadas pelo Lucro Real e os depósitos judiciais permanecem registrados pelos montantes anteriormente depositados. Adicionalmente, existem valores depositados cujas causas já foram objeto de provisão, porém com o andamento do processo foram avaliadas pela administração e pelos seus assessores legais com risco de perda possível ou remota.

Resumo de passivos contingentes, causas classificadas com risco de perda possível

Segue abaixo os montantes de causas classificadas como risco de perda possível:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fiscais	280.570	211.089
Cíveis	5.936	17.679
Trabalhistas	16.442	2.072
Total	<u>302.948</u>	<u>230.840</u>

14. Outros Passivos

	2024	2023
Pagamentos a fornecedores	106.001	107.986
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados	2.774	82.458
Obrigações com pessoal	60.625	56.554
Credores diversos	128.244	42.718
Repasse GMB (nota 19)	-	35.268
Impostos e Contribuições a Pagar	18.309	14.952
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	18.824	12.454
Total de outros passivos	334.777	352.390

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Na assembleia geral realizada no dia 04 de dezembro de 2023 foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$ 400.000, em razão de o mesmo ser considerado excessivo, com fundamento no Art. 173 da Lei 6.404/76.

O capital social no montante de R\$ 2.016.479 em 2024 (R\$ 2.416.479 em 31 de dezembro de 2023) está representado por 1.141.401 ações ordinárias (1.141.401 em 31 de dezembro de 2023).

b) Reservas

As reservas de lucros no montante de R\$ 574.793 em 2024 (R\$ 338.046 em 2023) referem-se a reserva legal R\$ 233.346 em 2024 (R\$ 211.319 em 31 de dezembro de 2023) e outras reservas é de R\$ 341.447 em 2024 (R\$ 126.727 em 31 de dezembro de 2023). Os lucros do exercício de 2024 foram distribuídos em R\$ 22.027 para reserva legal e R\$ 418.520 para outras reservas. A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal.

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Em 2024, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio aos acionistas no montante de R\$ 203.800, sendo R\$ 78.800 a título de dividendos e R\$ 125.000 de juros de capital próprio (Em 2023 foram R\$ 357.519, sendo R\$ 201.127 a título de dividendos e R\$ 156.392 de Juros sobre Capital Próprio).

d) Lucro Líquido por Ação

2024			
Período	Quantidade de Ações	Dias	Média Ponderada do Número de Ações
01/01/2024 31/12/2024	(i) 1.141.400.925	365	1.141.400.925
TOTAL DE COTAS			1.141.400.925
Lucro Líquido do Exercício			275.010
Lucro Líquido por Ação Básico e Diluído- Em R\$ - por lote de mil ações			R\$ 240,94
(i) Quantidades de Ações do Banco GMF			

2023			
Período	Quantidade de Ações	Dias	Média Ponderada do Número de Ações
01/01/2023 31/12/2023	(i) 1.141.400.925	365	1.141.400.925
TOTAL DE COTAS			1.141.400.925
Lucro Líquido do Exercício			285.732
Lucro Líquido por Ação Básico e Diluído- Em R\$ - por lote de mil ações			R\$ 250,33
(i) Quantidades de Ações do Banco GMF			

e) Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

16. Partes relacionadas

O Banco define como partes relacionadas os Diretores, seus familiares próximos, parentes e suas subsidiárias e companhias associadas.

Remuneração da Administração

A remuneração agregada à Diretoria é estabelecida conforme política de remuneração do Grupo GM.

Benefícios de curto prazo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e honorários da diretoria executiva		
Remuneração fixa	5.233	4.920
Remuneração variável	2.660	2.918
Total	7.893	7.838

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Outras informações – empréstimos e recebíveis

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias ou diretores e seus familiares.

Transações com partes relacionadas

Os quadros a seguir apresentam os saldos com partes relacionadas no final dos exercícios e montantes reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante os anos de 2024 e 2023.

	<u>2024</u>		
	<u>Controladora</u>	<u>Outras partes Relacionadas</u>	<u>Total</u>
Ativo			
Outros ativos (Nota 10) ⁽²⁾	6.807	86.914	93.721
Empréstimo e recebíveis - subsídios a amortizar	-	(422.160)	(422.160)
Total	6.807	(335.246)	(328.439)
Passivo			
Captações em depósitos a prazo	(5.171)	(163.691)	(168.862)
Outros Passivos - Demais Ligadas	-	(720)	(720)
Total	(5.171)	(164.411)	(169.582)
Receita/(Despesa)			
Desp. Depósitos a Prazo Pós	(779)	(11.095)	(11.874)
Receita Recuperação de Serviços	65.756	11.908	77.664
Receitas de juros e similares ⁽¹⁾	-	477.482	477.482
Total	64.977	478.295	543.272

	2023		
	Controladora	Outras partes Relacionadas	Total
Ativo			
Outros ativos (Nota 10) ⁽²⁾	4.505	53.165	57.670
Empréstimo e recebíveis - subsídios a amortizar	-	(287.983)	(287.983)
Total	4.505	(234.818)	(230.313)
Passivo			
Captações em depósitos a prazo	(2.586)	(72.094)	(74.680)
Outros Passivos - Repasse GMB (Nota 14)	-	(35.268)	(35.268)
Outros Passivos - Demais Ligadas	-	(696)	(696)
Total	(2.586)	(108.058)	(110.644)
(Receita)/Despesa			
Desp.Dep.Pr.Pos - Holdings	(455)	(7.441)	(7.896)
Receita Recuperação de Serviços	51.656	6.090	57.746
Receitas de juros e similares ⁽¹⁾	-	253.614	253.614
Total	51.201	252.263	303.464

- (1) Subsídio pago pela General Motors do Brasil Ltda. que compõe a taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis e reconhecido como receita ao longo do prazo do contrato. A GMB é responsável pelo fornecimento de veículos às concessionárias para que assim o Banco possa atender as necessidades de capital de giro das concessionárias através das operações de atacado.
- (2) Os montantes de “Outros Ativos” com “Outras Partes Relacionadas” referem-se substancialmente a valores a receber da General Motors do Brasil relacionados ao subsídio de taxa, e com “Controladora” referem-se substancialmente a valores a receber da General Motors Financial e GM Investment relacionados à folha de pagamento.

Os saldos apresentados nas duas tabelas anteriores surgiram do curso regular dos negócios. Os juros cobrados nas transações de partes relacionadas respeitam as taxas de mercado. Não houve garantias prestadas ou recebidas em nenhuma transação efetuada entre partes relacionadas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram realizadas provisões para devedores duvidosos relacionados a valores devidos por partes relacionadas.

17. Análise de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir mostra os ativos e passivos do Banco agrupados por vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data do vencimento contratual. Para alguns grupos que não possuem vencimento contratual definido são utilizadas premissas internas de vencimento.

	2024				
	BC Consolidado IFRS 2024	Sem Vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
ATIVO					
Caixa e Equivalentes de Caixa	697.722	447.724	249.998	-	697.722
Ativos Financeiros para Negociação	47.669	47.669	-	-	47.669
Empréstimos e Recebíveis	13.696.055	-	8.203.937	5.492.118	13.696.055
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	555.411	-	-	555.411	555.411
Outros Ativos	1.478,371	-	327,707	1.150.664	1.478.371
Ativo Imobilizado	9.908	9.908	-	-	9.908
Total do Ativo:	16.485.136	505.301	8.781.642	7.198.193	16.485.136
PASSIVO					
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado					
Depósitos de Instituições Financeiras	3.589.798	-	3.288.906	300.892	3.589.798
Depósitos de Clientes	2.590.338	-	2.287.452	302.886	2.590.338
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	6.379.812	-	2.515.091	3.864.721	6.379.812
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	142.664	-	142.664	-	142.664
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	939.159	-	-	939.159	939.159
Outros Passivos	334.777	-	277.262	57.515	334.777
Total do Passivo:	13.976.548	-	8.511.375	5.465.173	13.976.548
2023					
	BC Consolidado IFRS 2023	Sem Vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
ATIVO					
Caixa e Equivalentes de Caixa	407.172	373	406.799	-	407.172
Ativos Financeiros para Negociação	127.983	127.983	-	-	127.983
Empréstimos e Recebíveis	10.290.880	-	5.721.729	4.569.151	10.290.880
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	459.130	-	-	459.130	459.130
Outros Ativos	1.431.369	-	220.570	1.210.799	1.431.369
Ativo Imobilizado	12.572	12.572	-	-	12.572
Total do Ativo:	12.729.106	140.928	6.349.098	6.239.080	12.729.106
PASSIVO					
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado					
Depósitos de Instituições Financeiras	1.920.496	-	1.920.496	-	1.920.496
Depósitos de Clientes	990.250	-	844.272	145.978	990.250
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	5.706.578	-	2.116.752	3.589.826	5.706.578
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	21.558	-	21.558	-	21.558
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	900.456	-	-	900.456	900.456
Outros Passivos	352.390	-	269.931	82.459	352.390
Total do Passivo:	9.891.728	-	5.173.009	4.718.719	9.891.728

18. Gestão de risco

18.1. Introdução

O Banco atua no Brasil desde 1930 e oferece soluções em financiamento, consórcio e seguros para as concessionárias da Rede Chevrolet e seus clientes. Atualmente é um dos líderes no mercado de financiamento automotivo no Brasil e faz parte da GM Financeira, uma subsidiária integral da General Motors. A partir de 2003 passou a operar como banco múltiplo (“Banco”).

Desde outubro de 2013, as soluções do Banco são oferecidas ao mercado por intermédio da marca Chevrolet Serviços Financeiros.

A Chevrolet Serviços Financeiros busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da empresa. Tais áreas objetivam mensurar e monitorar todos os níveis de riscos, seguindo as técnicas e as melhores práticas de mercado. Como boa prática, o Banco assume proativamente a gestão dos riscos inerentes às suas atividades. A filosofia é investir esforços significativos no entendimento da natureza e potenciais efeitos dos riscos assumidos, buscando precificar adequadamente nossos produtos e definir práticas adequadas na gestão do negócio.

A filosofia é disseminada em todos os níveis da nossa organização, de tal forma que qualquer usuário, a qualquer momento, possa e deva apontar riscos que eventualmente não são evidentes, assegurando que os mesmos sejam suficientemente avaliados e geridos adequadamente nas diversas áreas da instituição.

Capital e liquidez são críticos para a nossa sustentabilidade, deste modo, aperfeiçoamos o equilíbrio entre o risco e retorno, mantendo sempre equalizados os níveis de capital e liquidez.

Estamos comprometidos em proteger a organização no longo prazo, garantindo a viabilidade do nosso negócio.

Buscamos ser reconhecidos pela transparência e valores por nossos clientes, pela saúde por nossos acionistas, e pela competência e confiabilidade por nossos reguladores.

Para fortalecer a gestão de riscos por toda organização, foram criadas diversas áreas específicas focadas nos riscos inerentes a cada segmento, a fim de propiciar um adequado e eficaz processo neste tema. Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria (Interna e Externa), Compliance, Controles Internos e Controle de Qualidade, atuando na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela empresa.

Em conformidade com a Res. CMN nº 4.557/17, o gerenciamento integrado de riscos conta com a posição de CRO (*Chief Risk Officer*), atuando de forma independente das áreas de negócios, e cujas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Adequar as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos à Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e aos objetivos estratégicos da Chevrolet Serviços Financeiros;
- Promover a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca dos seus modelos, políticas, processos, relatórios e sistemas, mesmo que desenvolvidos por terceiros; e
- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando a Diretoria.

Adicionalmente, com o objetivo de assegurar que os processos de Gerenciamento Integrado de Riscos sejam realizados por meio de decisões colegiadas, a Chevrolet Serviços Financeiros instituiu o Comitê de Riscos, cuja competência é avaliar seus riscos incorridos, bem como os níveis de Capital por ela reservados de forma integrada. Através do referido Comitê, que se reúne trimestralmente para tratar dos temas relevantes, a alta administração do Conglomerado Prudencial é subsidiada em decisões estratégicas. As principais competências do Comitê de Riscos são:

- Submeter para a Diretoria a aprovação das Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de testes de estresse, políticas para a gestão de continuidade de negócios, e planos de contingência de liquidez e de capital;
- Fixar os níveis de apetite por riscos na RAS e aprovar exceções às políticas ou níveis de apetite fixados na RAS;
- Assegurar a aderência às políticas, estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos, e a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas;
- Aprovar alterações significativas em sistemas, rotinas e procedimentos;
- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- Manter registros de deliberações, planos de ação e decisões;
- Supervisionar a atuação e o desempenho do CRO, bem como a observância, pela Diretoria, dos termos da RAS;
- Dar ciência à Diretoria de propostas, operações e/ou situações com indícios de atividades atípicas comunicadas ao COAF; e
- Verificar o desempenho dos trabalhos da Área de Compliance, incluindo aquilo que se refira ao programa de Proteção de Dados.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos sistêmicos e humanos, harmonizando todos estes aspectos num ambiente de risco controlável e alinhado aos princípios e filosofia da mesma.

18.2. Risco de crédito

Risco de crédito

A Chevrolet Serviços Financeiros através da Diretoria de Riscos tem como parte do escopo de atuação o gerenciamento do Risco de Crédito Varejo. Esse gerenciamento se dá tanto através de acompanhamentos, avaliações periódicas, quanto por estudos e análises pontuais em função das necessidades do negócio ou do mercado identificadas pela área.

O acompanhamento da carteira é realizado através do gerenciamento do portfólio supracitado. Além desse acompanhamento, a área tem como práticas as seguintes ações periódicas:

- Revisão da política de crédito: análise da política de crédito e definição do ponto de “corte” através da análise de rentabilidade;
- Atualização do modelo de rentabilidade: em conjunto com finanças e produtos, revisão trimestral das premissas de performance e perfil de crédito para a correta precificação dos produtos de crédito;
- Avaliação de campanhas ou novos produtos: quando necessária avaliação conjunta com produtos para delimitação das condições mínimas tanto de crédito quanto do próprio produto;
- Apresentação dos resultados e ações da área: principais indicadores de crédito, além das atividades e ações em desenvolvimento para a Alta Administração da instituição;
- Revisão da política de verificação: a análise foca nas melhores práticas, aplicação de procedimentos e processos que visam mitigar o risco de processos fraudulentos; e
- Acompanhamento e revisão periódica das projeções de perdas.

Em paralelo aos processos acima destacados, a área de riscos constantemente monitora, reavalia, atualiza e propõe mudanças constantes na admissão e na recuperação de crédito. Essa dinâmica ocorre de acordo com as demandas e necessidades tanto internas quanto externas da área. Dentre as ações, podemos destacar:

- Ajustes pontuais na política de crédito;
- Adequações específicas na política de verificação;
- Suporte a estratégias de recuperação de crédito;
- Disseminação constante da cultura de riscos;
- Melhoria contínua no monitoramento da carteira com criação de *triggers*, referências, desvio de comportamentos;

- Análises pontuais e mais focadas na carteira:
 - Por grupo de veículos específicos;
 - Regionalizada;
 - Por classificação de riscos;
 - Por tipo de produto;
 - Por segmento do cliente; e
 - Por períodos de análise diferentes.
- Avaliação de novos fornecedores e ferramentas de mercado; e
- Participação em fóruns e grupos abertos para discussões de melhores práticas de mercado no que tange o risco de crédito.

Em complemento às atividades citadas, a área também é responsável pela manutenção, acompanhamento, implantações e participação ativa nos sistemas envolvidos no processo de análise de crédito em parceria com a área de Operações.

O relacionamento com outras áreas da Chevrolet Serviços Financeiros também faz parte das atribuições da área de Risco de Crédito Varejo. As demandas em conjunto com outras áreas como Operações, Finanças, Produtos, Vendas e Tecnologia são parte integrante para o correto gerenciamento dos riscos de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Conforme a Res. CMN nº 4.557/17 define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para assegurar adequada gestão do risco de crédito foi estabelecido o Comitê de Riscos cujo objetivo é gerir tal risco de acordo com a estratégia adotada pela organização, alinhada às diretrizes da matriz, requerimentos do acordo da Basileia e às exigências do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Estratégias

O Banco utiliza-se das melhores práticas empregadas pelo mercado para mensurar o risco de crédito, tais como:

- Modelos estatísticos;
- Informações de bureaus externos;
- Acompanhamento do processo de iniciação;
- Análise do perfil dos clientes e das operações contratadas;
- Acompanhamento da performance da carteira e prejuízo;
- Análise de safras;
- Concentração de riscos;
- Efetividade da recuperação de crédito; e
- Aderência dos processos às políticas.

A área de riscos mantém controles e monitoramentos internos do portfólio de modo a garantir que as exposições ao risco de crédito não excedam os níveis aceitáveis de risco estabelecidos pela instituição.

O processo de monitoramento também é realizado através da manutenção de relatórios gerenciais, os principais pontos acompanhados são:

- Perfil das propostas recebidas;
- Perfil das propostas aprovadas;
- Perfil de contratos formalizados;
- Perfil da carteira;
- Performance de inadimplência (total e por safra);
- Acompanhamento de entradas em prejuízo; e
- Recuperação de crédito.

Os pontos acompanhados são avaliados por diversas visões e indicadores. Visões como percentual de entrada, faixas de risco (*credit score*), prazo, região, tipos de planos, tipo de veículo são alguns exemplos da forma como a informação é estruturada.

Controles e limites de concentração de perfis ou condições particulares são monitorados periodicamente de modo a assegurar a qualidade da admissão. O acompanhamento da carteira inadimplente também é constante, de modo a garantir que a evolução do negócio está dentro dos limites de risco estabelecidos pela instituição.

Comunicação e informação de Riscos

A área de risco apresenta trimestralmente ou tempestivamente, caso necessário, para a Alta Administração (Comitê de Produtos e Crédito) os indicadores de crédito, as análises realizadas e o acompanhamento dos indicadores de risco de crédito.

O Comitê de Produtos e Crédito é composto pela diretoria de riscos e diretores estatutários do banco (sendo necessária a presença de no mínimo dois deles) e também outros diretores da instituição a depender dos assuntos abordados.

Para o Banco Central do Brasil – (“BACEN”) são disponibilizados, conforme a legislação vigente, informações de clientes e operações relativas à provisão para devedores duvidosos, garantias e outras de acordo com a solicitação do regulador.

Monitoramento Contínuo

Comitê de Produtos e Crédito – Risco Crédito Varejo:

O Grupo Executivo de Risco de Crédito Varejo tem como linha de atuação a análise / avaliação de créditos com limites de valores equivalentes de até 350 mil dólares de exposição total por cliente, exceto em casos de clientes onde exista o relacionamento junto ao risco de crédito atacado (p.e. concessionárias, locadoras, frotistas). Suas principais competências são:

- Responsável pela vigilância do programa de risco de crédito varejo corporativo: integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- Receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de crédito varejo que devem conhecer e decidir: novos produtos, alterações relevantes, planos, campanhas de mídia;
- Discutir problemas internos ou externos da organização que possam impactar gravemente ou inviabilizar o atingimento dos principais objetivos de risco de crédito e, conseqüentemente, da Chevrolet Serviços Financeiros;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito varejo e suas diretrizes, incluindo aprovação das políticas e procedimentos da área de recuperação de créditos;
- Garantir que as estratégias corporativas da Chevrolet Serviços Financeiros (gerenciamento de risco de crédito, políticas e delegações de autoridade) estejam adequadas à estrutura local da empresa;

- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito baseadas em performance, taxa de aprovação, safras, tendência de qualidade dos ativos, tipos de riscos etc.;
- Acompanhar os resultados das carteiras (projeção x realizado) e propor ações destinadas a mitigar e resolver a possível deterioração dos riscos de crédito;
- Supervisionar para que os modelos de decisão cumpram os limites de qualidade definidos;
- Garantir que o tratamento das exceções aos limites estabelecidos dentro das Políticas seja cumprido; e
- Levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar resultados de negócios.

Comitê de Riscos:

Monitoramento

O monitoramento do risco de crédito se dá através de vários instrumentos, seguindo sempre as melhores práticas de mercado, dentre elas, podemos destacar:

- Relatórios com visão periódica da carteira, com visão de todo portfólio;
- Relatórios com visão periódica de safras;
- Relatórios das perdas e recuperações de prejuízo;
- Relatórios de acompanhamento das novas concessões de crédito;
- Relatórios de acompanhamento de provisão; e
- Relatórios de cenários de estresse de crédito.

Além do monitoramento constante dos indicadores de crédito, a área de risco de crédito varejo trabalha constantemente na identificação de potenciais riscos e oportunidades de negócios.

Tais procedimentos visam sempre a manutenção saudável dos negócios de riscos além de cumprir com as políticas internas e também com as regulamentações brasileiras vigentes.

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte.

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e *Leasing* Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação

A classificação de qualidade de crédito para os ativos financeiros foi realizada levando-se em consideração os seguintes critérios:

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	697.722	407.172
Ativos Financeiros VJORA	7	47.669	127.983
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (i)	8	13.696.055	10.290.880

(i) Os valores já se encontram líquidos de eventuais provisões para perdas ao valor recuperável.

O Grupo não realiza nenhum tipo de prestação de aval ou fiança a terceiros ou concessionárias.

Concentrações

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por região geográfica das operações de empréstimo.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Centro-Oeste	1.411.503	1.144.508
Nordeste	2.654.181	2.230.141
Norte	1.387.024	931.844
Sudeste	4.957.343	3.625.726
Sul	3.286.004	2.358.661
Total (nota 8)	<u>13.696.055</u>	<u>10.290.880</u>

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoa física	9.011.553	7.129.508
Outros Serviços	2.236.608	1.550.588
Comércio	2.432.517	1.597.031
Industria	15.377	13.753
Total (nota 8)	<u>13.696.055</u>	<u>10.290.880</u>

A tabela abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Exposição	1.048.351	502.239
% sobre carteira total	<u>7,65%</u>	<u>4,88%</u>

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte.

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e *Leasing* Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação.

Para a concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (*Floor Plan*) são solicitadas garantias para a operação. Estas garantias podem ser hipotecas, investimentos, carta fiança, aval ou uma combinação das garantias.

Além dos mitigadores mencionados as operações de *Floor Plan* são garantidas pelo objeto da operação (veículo ou peças) através de penhor mercantil.

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a qualidade de crédito por classes de ativos, considerando todos os ativos financeiros expostos a riscos de crédito. Os valores não consideram provisões para perdas com redução ao valor recuperável.

	2024			
	Qualidade alta	Qualidade Normal	Qualidade Subnormal	Total
Caixa e equivalentes de caixa	697.722	-	-	697.722
Ativos VJORA	47.669	-	-	47.669
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	55.808	11.156.788	2.483.459	13.696.055
Atacado	52.676	2.246.131	1.150.247	3.449.054
Varejo	3.132	8.910.657	1.333.212	10.247.001
Total	801.199	11.156.788	2.483.459	14.441.446
	2023			
	Qualidade alta	Qualidade Normal	Qualidade Subnormal	Total
Caixa e equivalentes de caixa	407.172	-	-	407.172
Ativos financeiros VJORA	127.983	-	-	127.983
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	46.888	8.414.158	1.829.834	10.290.880
Atacado	32.617	1.383.699	665.033	2.081.349
Varejo	14.271	7.030.459	1.164.801	8.209.531
Total	582.043	8.414.158	1.829.834	10.826.035

A classificação de qualidade de crédito para os ativos financeiros foi realizada levando-se em consideração os seguintes critérios:

- Caixas e equivalentes de caixa: Classificação de 100% na qualidade alta, por se tratar de aplicações no mercado aberto realizada com instituições de primeira linha do mercado financeiro, com liquidez imediata e atreladas à títulos públicos;
- Ativos financeiros para negociação: Classificação de 100% na qualidade alta, pois os mesmos estão atrelados a fundos de investimentos cujos investimentos são títulos públicos de renda fixa;
- Empréstimos e recebíveis – Para as operações de varejo, sem qualquer atraso, categorizados:
 - i) Qualidade de crédito “Alta”, aqueles clientes que foram classificados com *score* acima da média; ii) Qualidade de crédito “normal”, aqueles clientes que foram avaliados durante a análise de crédito como sendo de baixo risco e sem qualquer outro restritivo; e iii) Qualidade de crédito “subnormal”, aqueles clientes que possuem qualquer apontamento que possa acarretar/implicar em restrições de crédito. Para as operações de atacado, sem qualquer atraso, categorizados: i) Qualidade de crédito “Alta”, aqueles clientes que possuem indicadores financeiros acima da média e um nível de garantias adequado para as operações; ii) Qualidade de crédito “normal”, possuem bons índices financeiros e um nível de garantias adequado para as operações; iii) Qualidade de crédito “subnormal”, aqueles clientes que apesar de um nível de garantias adequado possuem indicadores financeiros e outros aspectos de riscos aumentados identificados nas análises de crédito. Os critérios de análise de crédito mencionados seguem as políticas internas do Banco.

Retomada de garantias

O Banco possui área interna responsável pela execução das garantias dos empréstimos e recebíveis em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens dados em garantia em leilão público.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Bens não de uso totalizava R\$ 9.525 (R\$ 3.756 em 31 de dezembro de 2023).

Informações Relativas às Operações de Venda ou Transferência de Ativos

Com o objetivo de diversificar suas fontes de financiamento o Banco conta com a venda de ativos de crédito ao mercado como fontes de captação alternativa/complementar para financiar suas atividades.

A. Venda de Ativos de Crédito ao Mercado - (Operações de varejo com exceção de leasing)

Para esta modalidade de financiamento o Banco adota a venda com retenção de riscos e benefícios, sendo os contratos vendidos como uma garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades do Banco.

Em casos de inadimplimento dos contratos vendidos, o Banco é responsável pela recompra de todas as operações em tal situação, assumindo assim todo o risco de crédito.

As operações cedidas são registradas nos livros do Banco e a alocação de capital regulatório é constituída conforme estabelecido pela legislação, e montam em 31 de dezembro de 2024 um valor de R\$ xx.xx (R\$ 4.188 em 31 de dezembro de 2023), registrados na rubrica “Empréstimos e Recebíveis”.

No processo de venda de ativos de crédito o Banco não tem intenção de arbitrar ganho financeiro de curto prazo com a transação, ao contrário disso, paga um prêmio às instituições financeiras pela antecipação dos recebíveis que serão utilizados para o financiamento de suas atividades.

Gerenciamento do Risco de Crédito (Atacado)

A estrutura de Risco de Crédito (Atacado) da Chevrolet Serviços Financeiros é responsável pelo gerenciamento de exposição ao risco de crédito das operações do segmento atacado. Este processo é realizado de forma segura e sólida para o Grupo GM no Brasil, através da identificação, mensuração, monitoramento e controle de exposição ao risco de crédito, de forma que este se mantenha em níveis compatíveis com as estratégias e tolerância ao risco da Instituição.

As operações de crédito do segmento de atacado da Chevrolet Serviços Financeiros consistem em operações em que as contrapartes são majoritariamente concessionárias Chevrolet autorizadas, financiando, por um determinado período, estoques de veículos e peças/acessórios da marca. Esse tipo de operação é conhecido como “*Floor Plan*”, o qual geralmente apresenta valores individualmente significativos.

Todas as alterações e/ou revisões as políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito na Chevrolet Serviços Financeiros deve ser previamente avaliada e aprovada pelo Comitê de Risco, o qual é responsável pela gestão da exposição ao risco de crédito dentro dos padrões citados.

Escopo de Atuação

A atuação da Chevrolet Serviços Financeiros é limitada a categoria de veículos. São somente escopos de atuação os veículos dos segmentos “automóveis” e “comerciais leves” (segundo classificação Fenabreve). Segmentos como o financiamento de motos, caminhões, ônibus, vans e tratores ou máquinas agrícolas não podem ser operados pela Chevrolet Serviços Financeiros.

Atualmente o segmento atacado atua com os seguintes produtos:

- *Floor Plan* de Veículos Novos: Financiamento de veículos novos do fabricante para as concessionárias Chevrolet, através de crédito rotativo;
- *Floor Plan* de Veículos Usados: Financiamento de estoque de veículos seminovos através de crédito rotativo para as concessionárias Chevrolet;
- Empréstimos: Empréstimo parcela final; empréstimo parcela final – garantia de veículos seminovos e empréstimo regular; e financiamento de equipamento para concessionárias Chevrolet;
- *Floor Plan* de Peças e Acessórios: Financiamento de Peças e Acessórios para concessionárias Chevrolet;
- Linha de crédito para Locadoras de veículos e empresas afiliadas de concessionárias: limite de crédito para financiamento de veículos, independentemente do valor financiado; e
- Linha de crédito para financiamento de Veículos para Pessoa Jurídica: Financiamento de veículos para pessoa jurídica com exposição total superior a US\$350 mil.

Sistema de Classificação de Crédito (Atacado)

Para classificação das operações sujeitas a risco de crédito em categorias, durante a avaliação são consideradas as condições econômico-financeiras dos clientes. Os dados da análise são inseridos em um sistema de *rating* desenvolvido globalmente para a Chevrolet Serviços Financeiros (ASTRA – *Automotive Statistical Risk Analysis*) e nos oferece três classificações:

Modelo de Classificação (MRR – *Model Risk Rating*):

A classificação das propostas é calculada automaticamente pelo sistema através de índices financeiros de liquidez, alavancagem, lucratividade e patrimônio líquido das empresas. Os índices financeiros são calculados com base nos demonstrativos financeiros e outras informações fornecidas pela empresa analisada, considerando ajustes realizados no patrimônio líquido e capital de giro líquido por conta de correções de contabilizações e ajustes padrões efetuados no momento da análise. Esta classificação tem como objetivo demonstrar a probabilidade de a empresa apresentar inadimplência (PD – *Probability of Default*) e é considerado como o *rating* provisório do cliente.

As classificações podem ser (ordem crescente de risco):

A+	A	A-	B+	B	B-	C+	C	C-	D+	D	D-	SM	SU	DO	LO
----	---	----	----	---	----	----	---	----	----	---	----	----	----	----	----

Classificação de Risco do Cliente (ARR – *Analyst Risk Rating*)

O rating definitivo para a tomada de decisão de crédito é determinado pelo analista de crédito do CLC, tendo como ponto de partida o *rating* provisório (MRR) calculado pelo sistema ASTRA.

Para determinar o *rating* do cliente, o analista pode considerar outros fatores e informações externas, as quais não são contempladas no modelo de *score*, decidindo qual o *rating* mais apropriado para o cliente. Qualquer tipo de discordância entre o *rating* final definido pelo analista ou pelo *rating* provisório calculado pelo sistema, deve o mesmo ser justificado na análise de crédito e no sistema ASTRA, bem como aprovado pela autoridade de crédito (TAA – *Top Approval Authority*).

Regulatory Risk Rating

Com base no *rating* final definido no sistema ASTRA pelo analista de crédito (ARR), é definido o “*Regulatory Risk Rating*”. Os *ratings* entre “A” e “D” são considerados de menor risco (*Pass*) e entre “*Special Mention*” e “*Daubtful*” são considerados de maior risco (*Criticized*), sendo que os clientes com essas classificações são inclusos em uma série de controles mensais de monitoramento visando controlar e mitigar o risco de crédito da carteira de Atacado.

- *Strong* - A (Forte)
- *Above Average* - B (Acima da Média)
- *Satisfactory* – C (Mediano)
- *Allowable* - D (Admissível)
- *Special Mention* – SM (Menção Especial – Baixo risco)
- *Substandard* - SU (Abaixo do padrão – Médio e Alto Risco)
- *Doubtful* - DO (Duvidoso)
- *Loss* (*Prejuízo*)

Mitigadores de Risco (Garantias)

A concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (*Floor Plan*) podem estar condicionadas concessão de garantias adicionais, ou seja, hipotecas ou alienação de imóveis, garantia sobre investimentos, carta fiança e aval.

Além dos mitigadores mencionados, as operações de *Floor Plan* são garantidas pelo objeto da operação (veículo) sendo penhor para os veículos novos e alienação fiduciária para os veículos seminovos.

Comitê de Riscos

No Comitê de Riscos é monitorado o gerenciamento do risco do crédito atacado corporativo, visando a integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, estratégia, predisposição e o nível de tolerância ao risco. Suas demais atribuições são:

- Receber informação sobre assuntos relevantes de risco de crédito atacado que devem conhecer e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes, planos e campanhas na mídia;
- Discutir problemas internos ou externos que possam impactar gravemente os principais objetivos no gerenciamento do risco de crédito;

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito atacado e suas diretrizes;
- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade da carteira de crédito atacado; e
- Levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar os resultados de negócios.

Todas as alterações e/ou revisões as políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito atacado na Chevrolet Serviços Financeiros devem ser previamente avaliadas e aprovadas pelo Comitê de Risco, o qual é responsável pela gestão da exposição ao risco de crédito dentro dos padrões citados.

Indicadores de Monitoramento

- Utilização das linhas de crédito *Floor Plan* (Veículos Novos, Peças e Acessórios e veículos usados);
- Estoque da rede de concessionários;
- Prazo médio de pagamentos;
- Lucratividade da Rede de concessionários;
- Perfil da carteira de crédito atacado por classificação de risco de crédito; e
- Concentração de risco por classificação.

18.3. Risco Operacional

As políticas relacionadas ao processo de gerenciamento de risco operacional do Banco estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Risco e abrangem os seguintes pontos:

- Processo periódico de autoavaliação;
- Avaliação e mensuração dos riscos inerentes e residuais;
- Teste de avaliação de controles;
- Processo de monitoramento dos indicadores de risco (KRI – *Key Risk Indicator*);
- Coleta de dados de eventos de perdas operacionais;
- Monitoramento do Apetite a Risco Operacional (RAS);
- Treinamento e aculturação nos fundamentos de Risco Operacional; e
- Planejamento de Continuidade de Negócios

A política é revisada anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de eventos isolados em função de atualização de regulamentação, reavaliação das diretrizes de risco ou outros ajustes.

Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional

Conforme Res. CMN nº 4.557/17, o risco operacional é definido pela possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado às atividades desenvolvidas pelo conglomerado. As categorias de Risco Operacional utilizadas pela Chevrolet Serviços Financeiros são:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades.

A função de risco operacional é exercida de forma independente das áreas e funções do negócio, e alinhada com as diretrizes da Função Global de Risco Operacional. A estrutura de governança é composta pelo Comitê de Riscos e pela CRO, além da estrutura local de risco operacional, como parte integrante da equipe de Riscos Corporativos.

Estratégias

O processo de gerenciamento do Risco Operacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizado com a colaboração das áreas de negócio, Controles Internos e o restante dos Riscos Corporativos, através dos agentes de risco operacional (Risk Owners), capacitados para analisar processos, identificar e avaliar os controles, e reportar os eventos materializados de risco operacional. O processo de Gerenciamento do Risco Operacional é dividido em 5 etapas:

- Etapa 1: Identificar riscos operacionais significativos que afetam processos críticos.
- Etapa 2: Avaliar os riscos em termos de probabilidade e impacto, que devem ser analisados sob diferentes perspectivas, e cujos controles devem ter a eficácia determinada.
- Etapa 3: Decidir entre Aceitar, Mitigar, Transferir ou Evitar o risco, implementando ou aprimorando controles, e/ou implementando um plano de ação, conforme necessário.
- Etapa 4: Monitorar o processo após selecionar uma opção de tratamento e acompanhar o progresso do plano de ação (quando existente), e o desempenho dos controles implementados.
- Etapa 5: Reportar o status do plano de ação, e realizar análises de forma a identificar sinais de alerta, escalando problemas identificados à liderança, conforme necessidade.

Comunicação e Informação de Riscos

A área de Risco Operacional apresenta com regularidade ou tempestivamente, no caso de ocorrência de algum evento extraordinário, os resultados das análises realizadas, eventos ocorridos e planos de ação para o Comitê de Riscos.

Conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, ao final de cada ciclo de autoavaliação são elaborados a Matriz de Risco e o Mapa de Calor, contendo a avaliação dos principais processos executados internamente, bem como uma base de perdas com os eventos ocorridos e capturados no mesmo período.

Sistema de Mensuração

Visando garantir a excelência do processo de Gerenciamento do Risco Operacional, a Chevrolet Serviços Financeiros possui uma série de mecanismos e ferramentas para garantir a identificação, entendimento e gerenciamento adequado dos riscos operacionais do negócio. São elas:

- Base de Eventos e Perdas Operacionais;
- Programa de Gerenciamento de Problemas (*Issue Management*);
- RCSA (Auto-avaliação de Riscos e Controles);
- KRI (Indicadores Chave de Riscos);
- Teste de Avaliação de Controle;
- RAS – Apetite de Risco Operacional; e
- Prestação de informações ao Comitê de Riscos.

O cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), relativa ao capital requerido para o risco operacional (RWAopad), foi realizado mediante metodologia padronizada no exercício de 2024. Dentre as 3 (três) abordagens padronizadas definidas pelo Banco Central, o Banco GM S.A. optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) Simplificada.

Monitoramento Contínuo

Comitê de Riscos

Além do acompanhamento trimestral pelo Comitê de Riscos e a Diretoria, o monitoramento dos principais indicadores é realizado mensalmente e divulgado ao CRO através do Relatório Mensal de Gerenciamento de Riscos. Este acompanhamento engloba as principais atualizações, definições, revisões e preocupações tanto a respeito dos processos rotineiros de controle, quanto do andamento de planos de ação e processos anuais.

18.4. Risco de Mercado

De acordo com a Res. CMN nº 4.557/17 define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e o IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

A política relacionada ao gerenciamento de risco de mercado e IRRBB tem como finalidade descrever a estrutura, governança, estratégias, regras, metodologias e indicadores utilizados pela estrutura de risco de mercado para avaliar, monitorar e controlar os riscos associados ao Banco, contemplando os seguintes aspectos:

- Metodologias de mensuração do risco;
- Critérios para classificação das exposições;
- Instrumentos financeiros permitidos e não permitidos;
- Regras para novos produtos;
- Limites operacionais;
- Testes de estresse; e
- Monitoramento.

As políticas são revisadas com periodicidade mínima anual, entretanto revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores de Risco de Mercado, estratégia comercial e operacional.

A classificação dos instrumentos é estipulada pelo Comitê de Risco, o qual se baseia na definição apresentada pela Res. CMN nº 4.557/17, a Carteira de Negociação (*Trading*) deve ser formada pelos instrumentos detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, enquanto a Carteira de Não Negociação (*Banking*) será composta pelas outras operações, provenientes do negócio bancário, e relacionadas à gestão do balanço da instituição financeira, não existindo intenção de revenda.

Em função das características das operações da Chevrolet Serviços Financeiros, todas as operações são classificadas na Carteira de Não Negociação.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado

A gestão de risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros está sob a responsabilidade do Comitê de Risco e da Diretoria de Risco, a qual atua de forma independente das áreas de negócios.

O Comitê de Risco é o órgão local responsável pela supervisão da gestão do risco de mercado na Chevrolet Serviços Financeiros. Esta estrutura garante que a cultura de gestão de riscos permeie todos os níveis e departamentos impactados pelo risco de mercado, otimizando o desempenho da empresa e protegendo os clientes e acionistas, além de divulgar à administração, de modo ordenado e estruturado, todos os índices e eventuais propostas relacionadas ao risco de mercado.

Estratégias

Mensalmente, a área de Riscos Corporativos monitora e avalia o nível de exposição ao Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária, baseado em abordagens de valor econômico (através do EVE – *Economic Value of Equity*), de resultado de intermediação financeira (através do NII – *Net Interest Income*) e de ganhos e perdas embutidos.

A gestão de Risco de Mercado engloba adicionalmente a definição de limites operacionais alinhados ao apetite ao risco, e metodologias de testes de stress de riscos integrados e capital, além do cálculo de descasamento de taxas, moedas, prazos e indexadores.

As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura e estratégia.

Comunicação e informação de Riscos

O risco de mercado é acompanhado pela área de Riscos Corporativos e trimestralmente são convocadas reuniões do Comitê de Risco, onde o monitoramento é apresentado para a Alta Administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente. São fornecidas ainda informações ao regulador conforme legislação vigente ou sob demanda.

Monitoramento Contínuo

Além do acompanhamento trimestral pelo Comitê de Riscos e a Diretoria, o monitoramento das exposições é realizado mensalmente e divulgado ao CRO através do Relatório Mensal de Gerenciamento de Riscos.

18.5. Risco de liquidez

De acordo com a Res. CMN nº 4.557/17, Risco de Liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar, a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A política relacionada ao risco de liquidez tem por objetivos identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez. Esta estrutura prevê através deste documento, estratégias, limites e procedimentos além de estabelecer as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Risco, contemplando os seguintes aspectos:

- Papéis e responsabilidades;
- Fontes de financiamento autorizadas;
- Regras de gerenciamento do caixa;
- Limites operacionais;
- Análise dos descasamentos entre ativos e passivos;
- Plano de contingência;
- Monitoramento; e
- Teste de estresse.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores da carteira de crédito, estratégia comercial e operacional.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez

O controle de risco de liquidez é realizado pela área de Riscos Corporativos, a qual atua de forma independente das áreas de negócio. Para assegurar a adequada gestão, foi estabelecido pelo Comitê de Risco, o qual é responsável pela definição dos critérios e limites operacionais para controle de liquidez, de forma que estes se mantenham em níveis adequados ao nível de risco aceitado pela Organização.

Estratégias

A Chevrolet Serviços Financeiros mantém um nível de liquidez adequado para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco. A gestão de liquidez é responsabilidade da Tesouraria, e a área de Riscos Corporativos realiza um monitoramento independente das áreas de negócio do risco de liquidez.

Comunicação e informação de Risco

Diariamente, com base nas informações de posição de caixa disponibilizadas pela Tesouraria, a área de Riscos Corporativos cria indicadores, analisa os dados e verifica se os limites operacionais estabelecidos pelo Comitê de Riscos estão enquadrados. Mensalmente, também é acompanhada a utilização de limites de crédito e atualizado o teste de stress de liquidez de curto prazo. Um exercício de stress com horizonte de longo prazo também é atualizado, com periodicidade mínima trimestral.

O Risco de Liquidez é acompanhado pela área de Riscos Corporativos, e trimestralmente (ou extraordinariamente) são convocadas reuniões do Comitê de Riscos, onde o monitoramento é apresentado para a alta administração. As informações ao regulador são fornecidas conforme legislação vigente.

Monitoramento Contínuo

Comitê de Risco:

Além do acompanhamento trimestral pelo Comitê de Riscos e a Diretoria, o monitoramento das exposições é realizado mensalmente e divulgado ao CRO através do Relatório Mensal de Gerenciamento de Riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

De acordo com a Res. CMN nº 4.557/17 do, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Na Chevrolet Serviços Financeiros o processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. Tem por objetivo principal proporcionar condições para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, de forma coerente com regulamentação em vigor. Os requerimentos mínimos de capital seguem o conjunto de normativos divulgados pelo Bacen, os quais implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital definidos pelo Acordo de Basileia III.

Visando o adequado processo de gestão, a Chevrolet Serviços Financeiros utiliza as práticas mais aceitas pelo mercado.

Periodicamente são realizadas avaliações de suficiência de capital, planos de capital, testes de estresse, e são avaliadas ações de contingência a serem aplicadas em um cenário de volume de capital desfavorável, os quais são constantemente divulgados à Alta Administração.

Políticas de Gestão de Capital

A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Risco e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;
- Métricas da gestão de capital;
- Regras de cálculo do capital;
- Teste de estresse;
- Limites operacionais;
- Planos de contingência; e
- Controle e monitoramento contínuo.

Estratégia

Manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pela Chevrolet Serviços Financeiros, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (10,50%), e que ao mesmo tempo não seja excessivo, comprometendo os resultados do negócio.

Comunicação e Informação de Riscos

O nível de Capital é acompanhado pela área de Riscos Corporativos, e trimestralmente (ou extraordinariamente) são convocadas reuniões do Comitê de Risco, onde o monitoramento é reportado à Alta Administração. As informações ao regulador são fornecidas conforme legislação vigente.

Sistemas de Mensuração

O capital é monitorado através de relatórios mensais onde são detalhados o PR, RWA e seus componentes, o Índice de Basileia e a RBAN (parcela de capital requerida para operações com risco de mercado não classificadas na carteira de negociação). São realizadas também projeções futuras com o objetivo de avaliar a necessidade de capital.

Monitoramento Contínuo

Para assegurar adequada gestão de capital foi estabelecido o Comitê de Risco.

Principais Competências:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Chevrolet Serviços Financeiros;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Chevrolet Serviços Financeiros;
- Garantir uma estrutura de gerenciamento de capital que deve prever, no mínimo:
 - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido - PRE;
 - Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital claramente documentadas, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
 - Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
 - Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
 - Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital.
- O plano de capital deve ser consistente com o planejamento estratégico e prever, no mínimo:
 - Metas e projeções de capital;
 - Principais fontes de capital da instituição;
 - Plano de contingência de capital.
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Composição do Capital

Conforme a Resolução nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – (“BACEN”), devem manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução nº 4.955/21 do Conselho Monetário Nacional, compatível com os riscos de suas atividades. Desta forma, a Chevrolet Serviços Financeiros apura o PR através do somatório do Capital Nível I e Capital Nível II, onde o Nível I é composto pelo Capital Principal (Capital Social, Reservas, Lucros Retidos, deduzidos os Ajustes Prudenciais) e pelo Capital Complementar; e Nível II é composto por instrumentos elegíveis (dívidas subordinadas) e está sujeito a limitações prudenciais.

Comitê de Riscos

O Comitê de Risco revisará e aprovará esses limites anualmente ou tempestivamente quando houver mudanças significativas na legislação

18.6. Risco Legal

O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio.

18.7. Riscos Social, Ambiental e Climático

A Chevrolet Serviços Financeiros definiu estruturas, papéis, e processos dentro de sua organização, de forma que possa atuar com Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, levando sempre em conta:

- o impacto de natureza social, de natureza ambiental ou de natureza climática das suas atividades e dos seus processos, bem como dos produtos e serviços oferecidos;
- os seus objetivos estratégicos, bem como as oportunidades de negócios relacionadas a aspectos de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

O gerenciamento da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Chevrolet Serviços Financeiros dá-se em duas principais frentes: a de Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático; e a do monitoramento de Oportunidades de Natureza Ambiental, Social e Climática.

Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

A área de Riscos Corporativos é responsável pela conformidade do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático aos requisitos da Res. CMN nº 4.943/21 e pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática conforme Res. CMN nº 4.945/21.

O Gerenciamento de tais Riscos é realizado pela Chevrolet Serviços Financeiros de forma integrada aos demais e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos presentes nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê, através deste documento, estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático em linha com as definições estratégicas da instituição.

18.8. Limites Operacionais

O Banco possui estrutura de gerenciamento de capital, que visa manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21 as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades. Existe ainda a parcela RBAN (parcela de capital requerida para operações com risco de mercado não classificadas na carteira de negociação). Atualmente são utilizadas as metodologias de EVE, NII e Ganhos e Perdas embutidos para apuração do valor desta parcela.

No Brasil, o índice de Basileia estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a abordagem padronizada é de 10,50%. Como prática de boa governança o Comitê de Riscos, órgão responsável pela gestão de capital local da GM, estabeleceu um nível mínimo de gestão de 12,5% de índice de Basileia, garantindo uma posição confortável diante dos reguladores, agências de rating sem comprometer o retorno sobre o capital. Caso o índice esteja abaixo de 12,5% o Comitê avaliará as tendências/previsões futuras e definirá planos de contingência caso necessário.

Para o Índice de Imobilização, a Chevrolet Serviços Financeiros controla a proporção de ativos imobilizados presentes em seu balanço, de forma que o mesmo se mantenha inferior a 50% do Patrimônio de Referência, conforme limite máximo estabelecido pelo Banco Central do Brasil.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas e aos Administradores do
Banco GM S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco GM S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumrimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.



Shape the future
with confidence

Empréstimos e Recebíveis e Provisão para Perdas sobre Créditos (*Impairment*)

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas sobre risco de crédito (*impairment*). Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2024 o saldo bruto de empréstimos e recebíveis era de R\$ 13.978.476 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de R\$ 282.421 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de empréstimos e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do país e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação a classificação dos créditos nos estágios previstos na norma contábil aplicável para a avaliação de nível de provisionamento, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, recuperação e realização das garantias; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com os empréstimos e recebíveis; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de empréstimos e recebíveis considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) a mensuração da provisão para perda esperada, que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão de perda com risco de crédito, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto da data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os empréstimos e recebíveis e provisão para perdas sobre crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 13, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisão para contingências prováveis era de R\$ 939.159 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de



**Shape the future
with confidence**

jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2024 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fabricio Pimenta', is written over a horizontal line.

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O